

Resenhas

um arquivo sobre a educação e a cultura
anarquista no brasil

LÚCIA BRUNO

Carmen Sylvia Vidigal Moraes (org.). *Educação Libertária no Brasil – Acervo João Penteadó: inventário de fontes*. São Paulo, Edusp, 2013, 384 pp.

Esta coletânea resulta de um trabalho coletivo envolvendo alunos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, bem como professores e pesquisadores do Centro de Memória da Educação, da Faculdade de Educação da USP. Os capítulos foram escritos em coautoria por professores e alunos. As professoras Carmen Sylvia Vidigal Moraes, Cecília Hanna Mate e Dóris Accyoli e Silva – conhecida estudiosa do anarquismo desde os anos 1980 – assinam os capítulos com os alunos Tatiana da Silva Calsavara, Luciana Eliza dos Santos, Daniel Righi, Fernando Antonio Peres, Débora Pereira dos Santos, Flávia Andréa Machado Urzua, Ana Paula Martins e a arquivista Iomar Zaia. O prefácio é do professor da Unicamp Antonio Arnoni Prado, pesquisador da cultura anarquista.

Educação Libertária no Brasil – Acervo João Penteadó: inventário de fontes é resultado de um trabalho iniciado em

Lúcia Bruno é professora livre-docente da Faculdade de Educação da USP e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP (PROLAM). Contato: lenuevo@usp.com.br.

2005, a partir da localização do acervo relativo à Escola Moderna nº1(1912-1919), localizada no bairro Belenzinho em São Paulo, pela aluna do Programa de Pós-Graduação da FEUSP Tatiana Calsavara. Fundada em 1912, a Escola foi coordenada pelo educador de orientação anarquista João de Camargo Penteado, escritor, ensaísta, teatrólogo, fotógrafo, cronista, autor de fábulas e conferencista. Fechada em 1919, pela repressão estatal, esta experiência sofreu transformações sucessivas, vindo a assumir diferentes denominações: Escola Nova (1920-1923); Academia de Comércio Saldanha Marinho (1924-1943); Escola Técnica de Comércio Saldanha Marinho (1944-1947); Ginásio e Escola Técnica Saldanha Marinho (1948-1960), sempre sob a direção de João Penteado. Estas mudanças observadas na história da experiência educacional que se inicia em 1912 evidenciam as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira neste período, com o desenvolvimento do setor de serviços e da burocracia, tanto estatal quanto privada, o que colocou novas exigências quanto à qualificação dos trabalhadores urbanos e, principalmente, indicou o avanço do controle estatal sobre as escolas, a partir da institucionalização de uma série de procedimentos administrativos e de uma hierarquia que ensaiava seus primeiros passos em direção ao modelo organizacional de Henry Fayol, um dos autores mais celebrados da teoria clássica da administração de empresas.

O conjunto de documentos relativos às escolas dirigidas por João Penteado inclui jornais, biblioteca, imagens, escritos do arquivo pessoal do educador e documentos institucionais das escolas. Foram doados por Marli Alfarano, sobrinha-neta de João Penteado, e por seu marido Álvaro Alfarano. O arquivo recebeu tratamento minucioso por

parte dos pesquisadores do Centro de Memória da Educação da FEUSP, constituindo-se hoje em fonte valiosa de pesquisas e estudos, aberta a todos que se interessam pela história da educação no Brasil e pelas práticas culturais e de luta dos trabalhadores anarquistas, a partir da perspectiva autogestionária.

A primeira parte do livro apresenta em seus capítulos diferentes olhares sobre o material que compõe o arquivo, abordando questões variadas: a dimensão pedagógica e a contribuição deste arquivo para a historiografia da educação brasileira; as práticas escolares, os livros didáticos e o ensino libertário; as imagens (fotográficas) do arquivo e seu significado; a co-educação sexual, a relação trabalho e educação e a trajetória e produção intelectual de João Penteadado. A segunda parte apresenta o detalhamento do material que constitui o arquivo João Penteadado e que contém documentos pessoais do educador, bem como documentos institucionais das escolas, instrumentos e objetos de laboratório, peças indígenas, mobiliário e acervo fotográfico e bibliográfico.

A Escola Moderna nº1 foi criada no bojo do movimento operário anarquista, por trabalhadores de origem imigrante, vindos da Espanha e da Itália, imbuídos dos princípios formulados no calor das primeiras lutas ocorridas na Europa – especialmente na Comuna de Paris, e que levaram à criação da I Internacional dos Trabalhadores, onde Proudhon tinha grande influência, assim como Bakunin. Os anarquistas, já neste momento, defendiam a ideia de que a libertação dos trabalhadores deveria ser obra deles próprios e não de vanguardas ou membros da *intelligentsia*, posteriormente definida por Gramsci como intelectuais orgânicos.

Dentro da mesma lógica que orientou a I Internacional dos Trabalhadores, os anarquistas entenderam que a formação das novas gerações de trabalhadores deveria ser conduzida pelos próprios trabalhadores e não pelo Estado, pela Igreja ou por empresários. Estabeleciam, assim, o processo formativo como um campo de luta de classes primordial.

Nesta perspectiva fica clara a razão pela qual os anarquistas conferiam tanta importância à educação e à cultura, considerando-as elementos indissociáveis do processo formativo de crianças, jovens e adultos. Daí vincularem o aprendizado científico ao artístico, entendendo este como um campo de criação e de liberdade, indispensável para o desenvolvimento da autonomia intelectual e de julgamento das novas gerações. Defendiam a educação integral, eliminando a separação entre trabalho manual e intelectual, e acreditavam que “aprender é aprender junto”, com base na solidariedade, na vivência das diferenças na igualdade e na troca sob o princípio da reciprocidade. Por isso, recusavam a competição entre os alunos, as avaliações que ignoram as diferenças individuais e sociais, as premiações e os castigos, de todo e qualquer tipo.

Enquanto a escola estatal procurava instrumentalizar a educação – visando formar mão de obra para o mercado de trabalho e utiliza-la como um meio de propagação dos ideais de nação através do culto ao Estado Nacional às novas hierarquias que então se consolidavam e ao do nacionalismo que tanto horror haveria de produzir durante todo o século XX –, as escolas anarquistas defendiam o internacionalismo da classe trabalhadora, denunciavam a exploração do trabalho e a dominação política. Não deve, portanto, nos espantar o fato de terem sido duramente reprimidas já nas primeiras décadas do século XX.

Da *ocupação* do anarquismo organizado no século XXI

Este livro apresenta em seus diversos artigos as primeiras análises do rico arquivo João Penteadó e ilumina o que continua de certa forma pouco estudado no Brasil, no âmbito das práticas pedagógicas libertárias; das relações que constituem o cotidiano escolar, do papel do teatro, das artes visuais, da literatura e das artes plásticas, além da prática de conferências, refeições coletivas ao ar livre, e o que hoje chamamos de estudo do meio realizado fora dos muros da escola.

Cabe ressaltar que esta publicação vem preencher importante lacuna observada na generalidade das faculdades de Pedagogia, inclusive na da USP, que fez-se como um silêncio em relação a essas experiências pedagógicas anarquistas desenvolvidas no âmbito do movimento operário no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. E, nesse sentido, há a certeza de que a publicação deste livro constitui-se como um importante marco.

da *ocupação* do anarquismo organizado no século XXI

FLÁVIA LUCCHESI

Mark Bray. *Translating Anarchy – The Anarchism of Occupy Wall Street*. Winchester, Zero Books, 2013, 332 pp.

No decorrer do ano de 2011 eclodiram protestos, manifestações de rua e *marchas* em diferentes lugares do planeta. Dentre as que se desdobraram a partir dos

Flávia Lucchesi é pesquisadora no Nu-Sol e no Projeto Temático FAPESP Ecológica, mestranda em Ciências Sociais pela PUC-SP. Contato: flalucchesi@gmail.com.